

Investimentos Bemge S.A.

CNPJ nº 01.548.981/0001-79 - Companhia Aberta

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Investimentos Bemge S.A. relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2010 e de 2009 as quais seguem os dispositivos estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards - IFRS) emitidos pelo International Accounting Standards Board (IASB).

RESULTADO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ATIVOS

A Investimentos Bemge S.A. apresentou ao final do período lucro líquido de R\$ 7.952 mil e patrimônio líquido de R\$ 132.571 mil. O lucro líquido por ação foi de R\$ 3,36, enquanto o valor patrimonial por ação atingiu R\$ 56,09. Os ativos totais atingiram R\$ 135.036 mil e estão compostos substancialmente por Aplicações no Mercado Aberto e em Títulos e Valores Mobiliários.

AUDITORIA INDEPENDENTE - INSTRUÇÃO CVM Nº 381

Procedimentos Adotados pela Sociedade

A política de atuação da Investimentos Bemge S.A. e da controladora, na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa dos nossos auditores independentes, se fundamenta na regulamentação aplicável e nos

princípios internacionalmente aceitos que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No período de janeiro a dezembro de 2010, não foram prestados pelos auditores independentes e partes a eles relacionadas, serviços não relacionados à auditoria externa em patamar superior a 5% do total dos honorários relativos aos serviços de auditoria externa.

Justificativa dos Auditores Independentes - PricewaterhouseCoopers

A prestação de outros serviços profissionais não relacionados à auditoria externa, acima descritos, não afeta a independência nem a objetividade na condução dos exames de auditoria externa efetuados a Investimentos Bemge S.A. e a controladora. A política de atuação com a Investimentos Bemge S.A. na prestação de serviços não relacionados à auditoria externa se sustancia nos princípios que preservam a independência do Auditor Independente, todos observados na prestação dos referidos serviços.

São Paulo, 28 de março 2011.

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTA	Balança			PASSIVO	NOTA	Balança de		
		31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009			Abertura	01/01/2009	
DISPONIBILIDADES		45	24	24	PROVISÕES	3.1e e 8	2.191	2.175	33.106
APLICAÇÕES NO					OBRIGAÇÕES FISCAIS	3d	---	744	1.014
MERCADO ABERTO ..	3.1b e 4	35.945	111.995	106.932	Outros		---	744	1.014
ATIVOS FINANCEIROS					OUTROS PASSIVOS	3.1g	274	202	231
DISPONÍVEIS PARA					TOTAL DO PASSIVO		2.465	3.121	34.351
VENDA	3.1c I e 5	84.034	811	738	CAPITAL SOCIAL		67.000	62.000	60.200
OUTROS ATIVOS					RESERVAS				
FINANCEIROS	3.1c II e 7	4.193	4.064	34.487	INTEGRALIZADAS		65.571	62.694	60.702
ATIVOS FISCAIS		10.615	10.717	12.868	TOTAL DO PATRIMÔNIO				
Impostos a Compensar		9.773	9.839	10.969	LÍQUIDO		132.571	124.694	120.902
Créditos Tributários		842	878	1.899	TOTAL DO PASSIVO E				
OUTROS ATIVOS NÃO					PATRIMÔNIO LÍQUIDO		135.036	127.815	155.253
FINANCEIROS		204	204	204					
TOTAL DO ATIVO		135.036	127.815	155.253					

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 10a) (Em Milhares de Reais)

SALDOS EM 01/01/2009		Capital	Reservas	Lucros	Total
		Social	Integralizadas	Acumulados	
Aumento de Capital por Reserva - AGO/E de 29/04/2009		60.200	60.702	---	120.902
Lucro Líquido		1.800	(1.800)	---	---
Destinações:				9.336	9.336
Reserva Legal		---	467	(467)	---
Reservas Estatutárias		---	3.325	(3.325)	---
Dividendos Provisionados		---	---	(5.544)	(5.544)
SALDOS EM 31/12/2009		62.000	62.694	---	124.694
MUTAÇÕES DO PERÍODO		1.800	1.992	---	3.792
SALDOS EM 01/01/2010		62.000	62.694	---	124.694
Aumento de Capital por Reserva - AGO/E de 29/04/2010		5.000	(5.000)	---	---
Lucro Líquido		---	---	7.952	7.952
Destinações:					
Reserva Legal		---	398	(398)	---
Reservas Estatutárias		---	7.479	(7.479)	---
Dividendos Provisionados		---	---	(75)	(75)
SALDOS EM 31/12/2010		67.000	65.571	---	132.571
MUTAÇÕES DO PERÍODO		5.000	2.877	---	7.877

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em Milhares de Reais)

NOTA 01 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Investimentos Bemge S.A. - ("INVESTIMENTOS BEMGE") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100 - Torre Conceição - 7º andar - Parque Jabaquara, na cidade de São Paulo, Brasil.

A INVESTIMENTOS BEMGE tem por objeto apoiar as empresas de cujo capital participar, através de estudos, análises e sugestões sobre a política operacional e os projetos de expansão das aludidas empresas, mobilizando recursos para o atendimento das respectivas necessidades adicionais de capital de risco mediante subscrição ou aquisição de valores mobiliários que emitirem, objetivando o fortalecimento da respectiva posição no mercado de capitais, e atividades correlatas ou subsidiárias de interesse das mencionadas sociedades, excetuadas as privativas de instituições financeiras.

NOTA 02 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão descritas abaixo.

2.1 BASES DE PREPARAÇÃO

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), bem como pelas normas internacionais de relatórios financeiros (International Financial Reporting Standards) emitidos pela International Accounting Standards Board (IASB). Estas são as primeiras demonstrações contábeis apresentadas de acordo com os CPC's e IFRS pela companhia.

Até 31 de dezembro de 2009, as demonstrações contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE eram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP anterior"), com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas expedidas pela CVM que diferem em certos aspectos do IFRS. Ao elaborar as demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2010, a administração alterou determinados métodos de contabilização e de avaliação das demonstrações contábeis em BRGAAP para conformidade com o novo padrão contábil.

A administração avaliou que a adoção inicial de acordo com os CPC's e IFRS não produziram impactos no Patrimônio Líquido e no Lucro Líquido da INVESTIMENTOS BEMGE.

Todas as referências aos Pronunciamentos do CPC devem ser entendidas também como referências aos correspondentes Pronunciamentos dos IFRSs e vice-versa.

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo da aplicação das políticas contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE.

2.2 PRONUNCIAMENTOS, ALTERAÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE PRONUNCIAMENTOS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas demonstrações contábeis e não foram adotados pela INVESTIMENTOS BEMGE antecipadamente:

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros": o pronunciamento é a primeira etapa no processo de substituir o "IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O IFRS 9 simplifica o modelo de mensuração de ativos financeiros, estabelecendo duas categorias de mensuração principais: custo amortizado e valor (as categorias de disponível para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e adiantamentos deixarão de existir).

A classificação será baseada no modelo de negócios da entidade para o gerenciamento e características contratuais dos fluxos de caixa dos ativos financeiros. Reclassificações entre as duas categorias são proibidas, a menos que haja alteração no modelo de negócios da entidade.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender aos dois critérios seguintes: (i) o objetivo do modelo de negócios é manter o ativo financeiro para o recebimento dos fluxos de caixa contratuais; e (ii) os fluxos de caixa contratuais dos ativos financeiros referem-se apenas ao pagamento do principal e juros sobre o valor em aberto. Quando classificados ao valor justo, as alterações no valor justo são reconhecidas

no resultado, exceto no caso das participações societárias em que a entidade tem a opção de designar um instrumento, que não é mantido para negociação, ao valor justo, por meio de outros resultados abrangentes. Se essa opção for exercida, as alterações subsequentes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sem reconhecimento dos ganhos e perdas em resultado. Dividendos recebidos continuarão a ser reconhecidos no resultado.

Somente é permitido designar ao valor justo um ativo financeiro que atenda aos critérios de custo amortizado se essa classificação reduzir ou alterar inconsistências contábeis. Essa designação deve ser realizada no reconhecimento inicial e deve ser irrevogável.

A norma será vigente para os períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013, sendo permitida sua adoção antecipada. O IFRS 9 deve ser aplicado retrospectivamente, e, se for adotado em data anterior a 1º de janeiro de 2012, a entidade estará isenta de divulgar informações comparativas.

As próximas etapas deste projeto de substituição do IAS 39 irão abordar o tratamento da redução ao valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e o hedge accounting. O IASB já indicou que pretende finalizar a substituição do IAS 39 em junho de 2011. Os impactos do IFRS podem ocorrer como uma consequência de novos desenvolvimentos resultantes do projeto do IASB. Assim, não é possível quantificar os impactos do IFRS na data da publicação destas demonstrações contábeis.

IAS 24 Revisado - "Divulgação de Partes Relacionadas" emitido em novembro de 2009: substitui o IAS 24 "Divulgação de Partes Relacionadas" emitido em 2003. A norma revisada esclarece e simplifica a definição de parte relacionada e retira a exigência de entidades relacionadas com o governo de divulgarem detalhes de todas as transações com o governo e outras entidades relacionadas com este. Sua aplicação é obrigatória para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2011. Não esperamos impactos relevantes.

2.3 ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

a) Estimativas e Premissas Utilizadas pela Administração

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em conformidade com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com a norma aplicável. As estimativas e julgamentos são avaliados em base contínua, e consideram a experiência passada e outros fatores.

b) Imposto de Renda e contribuição social diferido

Conforme explicado na Nota 3.1 (d), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação as diferenças temporárias e créditos e prejuízos fiscais a compensar na medida em que se considera provável que a INVESTIMENTOS BEMGE irá gerar lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. A realização esperada do crédito tributário da INVESTIMENTOS BEMGE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos.

c) Passivos contingentes

A INVESTIMENTOS BEMGE revisa periodicamente suas contingências. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões.

Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

d) Mensuração do valor recuperável

Nas datas-base de divulgação das demonstrações contábeis, a INVESTIMENTOS BEMGE possui como prática a verificação quanto à existência de evidências objetivas de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros. Esta mensuração pode envolver critérios subjetivos de avaliação, tais como análise de obsolescência técnica e operacional ou a expectativa de substituição do ativo por outro que gere benefícios econômicos futuros superiores ao anterior.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

RECEITAS OPERACIONAIS	NOTA	01/01 a	01/01 a
		31/12/2010	31/12/2009
RECEITAS OPERACIONAIS		11.782	12.315
Valores Mobiliários		11.674	12.090
Outras Receitas Operacionais		108	225
DESPESAS OPERACIONAIS		(368)	(453)
Gerais e Administrativas		(348)	(418)
Outras Despesas Operacionais		(20)	(35)
RESULTADO OPERACIONAL		11.414	11.862
RESULTADO ANTES DA			
TRIBUTAÇÃO SOBRE O			
LUCRO E PARTICIPAÇÕES		11.414	11.862
IMPOSTO DE RENDA E			
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.1d e 9	(3.462)	(2.526)
Imposto de Renda e			
Contribuição Social Correntes ..		(3.427)	(1.571)
Imposto de Renda e Contribuição			
Social Diferidos		(35)	(955)
LUCRO LÍQUIDO		7.952	9.336
NÚMERO DE AÇÕES EM			
CIRCULAÇÃO	10a	2.363.936	2.363.936
Lucro básico/Diluído por ação -			
ordinária e preferencial		3,36	3,95

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Em Milhares de Reais)

LUCRO LÍQUIDO		01/01 a	01/01 a
		31/12/2010	31/12/2009
LUCRO LÍQUIDO		7.952	9.336
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE		7.952	9.336

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhares de Reais)

LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		01/01 a	01/01 a
		31/12/2010	31/12/2009
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		7.987	10.291
Lucro Líquido		7.952	9.336
Ajuste ao Lucro Líquido - Tributos Diferidos		35	955
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES		(7.966)	(4.747)
(Aumento) Redução em Aplicações no			
Mercado Aberto		76.050	(5.063)
(Aumento) Redução em Outros Ativos			
Financeiros Disponíveis para Venda	(83.223)		(73)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(63)		31.553
(Redução) Aumento em Outras Obrigações			
Fiscais e Outros Passivos	(730)		(30.610)
Pagamento de Imposto de Renda e			
Contribuição Social	---		(554)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO			
NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		21	5.544
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio			
Pagos	---		(5.544)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/APLICADO			
NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	---		(5.544)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA			
E EQUIVALENTES DE CAIXA (Nota 3.1a)		21	---
Início do Período		24	24
Final do Período		45	24

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Em Milhares de Reais)

RECEITAS	01/01 a	01/01 a
	31/12/2010	31/12/2009
RECEITAS	11.782	12.315
Resultado Financeiro	11.674	12.090
Outras Receitas	108	225
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(352)	(432)
Serviços de Terceiros	(348)	(418)
Outras	(4)	(14)
VALOR ADICIONADO BRUTO	11.430	11.883
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR ..	11.430	11.883
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	11.430	11.883
Impostos, Taxas e Contribuições	3.478	2.547
Federais	3.462	2.526
Estaduais	---	6
Municipais	16	15
Remuneração de Capitais Próprios	7.952	9.336
Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio ..	75	5.544
Lucros Retidos dos Períodos	7.877	3.792

NOTA 03 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS E TRANSIÇÃO PARA O IFRS

3.1 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

A INVESTIMENTOS BEMGE define como caixa e equivalentes a caixa, as disponibilidades que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no balanço patrimonial na rubrica de Disponibilidades.

b) APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO (OPERAÇÕES COMPROMISSADAS)

A INVESTIMENTOS BEMGE possui operações de compra com compromisso de revenda ("compromisso de revenda") de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no balanço patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método dos juros efetivos. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Valores Mobiliários na Demonstração do Resultado.

Os ativos financeiros aceitos como garantias em nossos compromissos de revenda podem ser usados, quando permitido pelos termos dos acordos, como garantias de nossos compromissos de recompra ou podem ser vendidos.

No Brasil, o controle de custódia de ativos financeiros é centralizado e a posse das aplicações no mercado aberto é temporariamente transferida ao comprador.

Os ativos financeiros dados como garantia às contrapartes também são mantidos nas demonstrações contábeis. Quando a contraparte tem o direito de vender ou usar como garantia os títulos e valores mobiliários dados como garantia tais títulos são reclassificados no Balanço Patrimonial para a rubrica "Ativos financeiros - dados em garantia".

Investimentos Bemge S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

c) ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

De acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros - Reconhecimento e Mensuração, todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria no qual o instrumento foi classificado.

Os ativos e passivos financeiros podem ser classificados sob as seguintes categorias:

- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado - mantidos para negociação;
- Ativos e passivos financeiros ao valor justo através do resultado - designados a valor justo;
- Ativos financeiros disponíveis para venda;
- Ativos financeiros mantidos até o vencimento;
- Ativos financeiros empréstimos e recebíveis;
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

A INVESTIMENTOS BEMGE categoriza os instrumentos financeiros em classes que refletem a natureza e as características desses instrumentos financeiros.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no Balanço patrimonial exclusivamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

I. Ativos financeiros disponíveis para venda

De acordo com o CPC 38, os ativos financeiros são classificados como disponíveis para venda quando não foram classificados como ativos financeiros ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis ou mantidos até o vencimento e tais títulos podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço patrimonial pelo seu valor justo, que consiste inicialmente no montante pago incluindo quaisquer custos de transação. Os ganhos e perdas não realizados (exceto perdas por impairment, diferenças cambiais e dividendos e receita de juros) são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado abrangente acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do resultado na rubrica Valores Mobiliários. O custo médio é usado para determinar os ganhos e perdas realizadas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são registrados na Demonstração do resultado na rubrica Valores Mobiliários. Dividendos sobre ativos disponíveis para venda são reconhecidos na Demonstração do resultado como Valores Mobiliários quando é provável que se estabeleça o direito da INVESTIMENTOS BEMGE de receber tais dividendos e entradas de caixas de benefícios econômicos.

A INVESTIMENTOS BEMGE avalia na data do balanço patrimonial se existe evidência que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros estão em situação de perda de seu valor recuperável. No caso de instrumentos de patrimônio classificados como ativos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado e significativo no valor justo, abaixo de seu valor de custo é uma evidência de redução do valor recuperável, resultando no reconhecimento de uma perda por redução ao valor recuperável. Se existir evidência de perda para ativos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada, mensurada pela diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida no resultado, é reconhecida na Demonstração do resultado como um ajuste de reclassificação do resultado abrangente acumulado.

As perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado em relação com instrumentos de patrimônio não são revertidas através do resultado. No entanto, se em período subsequente, o valor justo de um instrumento de dívida classificado como ativo financeiro disponível para venda aumentar e este aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda, tal perda é revertida através do resultado.

II. Outros ativos financeiros

A INVESTIMENTOS BEMGE apresenta estes ativos em seu Balanço Patrimonial inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

As receitas de juros são reconhecidas na Demonstração do resultado na rubrica Valores Mobiliários.

d) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Existem dois componentes na provisão para imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no período aplicável e são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Obrigações fiscais - Correntes e Ativos fiscais - Impostos de renda e contribuição social a compensar, respectivamente.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. O benefício fiscal dos prejuízos fiscais a compensar é reconhecido como um ativo. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Ativos fiscais - Créditos tributários e Obrigações fiscais - Diferidas, respectivamente.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de Renda e Contribuição Social, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no Resultado abrangente acumulado, tal como: o imposto diferido sobre a mensuração ao valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda. Os impostos diferidos destes itens são inicialmente reconhecidos no Resultado abrangente acumulado e posteriormente reconhecidos no resultado conjuntamente com o reconhecimento do ganho/perda originalmente diferido.

Alterações na legislação fiscal e nas alíquotas tributárias são reconhecidas na Demonstração do resultado na rubrica Imposto de renda e contribuição social no período em que entram em vigor. Os juros e multas são reconhecidos na Demonstração do resultado na rubrica de Despesas gerais e administrativas.

Os tributos são calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	9,00%
PIS	1,65%
COFINS	7,60%

e) ATIVOS CONTINGENTES E PASSIVOS CONTINGENTES

São avaliados, reconhecidos e divulgados de acordo com o CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes e passivos contingentes são direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis, exceto quando a Administração da INVESTIMENTOS BEMGE entende que sua realização é virtualmente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Não haviam ativos contingentes registrados nas demonstrações contábeis em 31/12/2010, 31/12/2009 e em 01/01/2009.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária.

Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração da INVESTIMENTOS BEMGE, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- Prováveis: as quais são reconhecidas no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões no Passivo;
- Possíveis: as quais são divulgadas nas demonstrações contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada; e
- Remotas: as quais não requerem provisão e divulgação.

Os passivos contingentes registrados como Provisões e divulgados como passivos contingentes possíveis são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos e valores.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

Os passivos contingentes garantidos por cláusulas de indenização estabelecidas por terceiros, como por exemplo, em combinações de negócios consumados antes da data de transição, são reconhecidos quando uma demanda é feita, e um valor a receber é reconhecido simultaneamente, quando o pagamento for considerado provável. Para as combinações de negócios consumadas após a data de transição, os ativos de indenização são reconhecidos ao mesmo tempo e mensurados na mesma base do item indenizado, sujeitos à possibilidade de recebimento ou às limitações contratuais do valor indenizado.

f) CAPITAL SOCIAL

As ações ordinárias e as preferenciais, que para fins contábeis são consideradas como ações ordinárias sem direito a voto, são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquidos de impostos.

g) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

Estatutariamente, estão assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios não inferior a 1% do lucro líquido de cada ano, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendo mínimo estabelecido no estatuto social são contabilizados como passivo no final de exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido como passivo somente quando aprovados pelos acionistas em Assembléia Geral.

Desde 1º de janeiro de 1996, as empresas brasileiras têm a permissão para atribuir uma despesa nominal de juros, dedutível para fins fiscais, sobre seu capital próprio.

Os juros sobre o capital próprio são tratados, para fins contábeis, como dividendos e são apresentados nas Demonstrações contábeis consolidadas como uma redução do patrimônio líquido. O benefício fiscal relacionado é registrado na Demonstração do resultado.

Os dividendos foram e continuam a ser calculados e pagos de acordo com as Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o BRGAAP e não com base nestas Demonstrações contábeis.

h) LUCRO POR AÇÃO

O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido, atribuído aos controladores da INVESTIMENTOS BEMGE, pelo número de ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação é apresentado com base nas ações emitidas pela INVESTIMENTOS BEMGE. As ações ordinárias têm direito a um dividendo mínimo anual, enquanto que as ações preferenciais tem direito à prioridade no recebimento de um dividendo mínimo anual 10% maior do que o atribuído às ações ordinárias. O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos do CPC 41 - "Resultado por Ação".

i) APURAÇÃO DO RESULTADO E RECONHECIMENTO DE RECEITA

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como valores mobiliários.

j) INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

O CPC 22 - "Informações por segmento" determina que os segmentos operacionais sejam divulgados de maneira consistente com as informações fornecidas ao tomador de decisões operacionais, que é a pessoa ou grupo de pessoas que aloca os recursos aos segmentos e que avalia sua performance. A INVESTIMENTOS BEMGE considera que sua Diretoria é a tomadora de decisões operacionais.

A INVESTIMENTOS BEMGE, sendo uma Holding que não detém investimentos em outras entidades, não possui segmentos de negócios ativos.

3.2 TRANSIÇÃO PARA O IFRS

Conforme detalhado na nota 2.1, a transição para o IFRS foi registrada de acordo com os CPCs 37 e 43 e a data da transição escolhida foi 1º de janeiro de 2009. Como resultado as políticas contábeis da INVESTIMENTOS BEMGE nestas demonstrações contábeis foram modificadas em 1º de janeiro de 2009 com o objetivo de atender o IFRS em respeito às políticas contábeis aplicadas para fins de BRGAAP.

A INVESTIMENTOS BEMGE elaborou seu balanço patrimonial inicial em 1º de janeiro de 2009 por meio da aplicação das normas e políticas contábeis e utilizou todas as exceções previstas nos CPCs 37 e 43 na elaboração das demonstrações contábeis em IFRS. Dado o perfil operacional da entidade, a administração decidiu que não haveria necessidade de adotar nenhuma isenção opcional ou obrigatória no contexto do processo de transição para o IFRS destas demonstrações contábeis individuais.

O CPC 37 deve ser aplicado quando uma entidade adota o IFRS na elaboração de suas demonstrações contábeis anuais pela primeira vez, com uma declaração explícita e sem reservas de aplicação do IFRS. Em geral, o CPC 37 requer que uma entidade siga as regras de cada uma das normas contábeis vigentes do IFRS, na data de preparação de sua primeira demonstração contábil em IFRS.

O CPC 37 concede isenções limitadas de seus requerimentos em áreas específicas nas quais o custo de geração de informações pudesse exceder os benefícios dos usuários das demonstrações contábeis. Adicionalmente, o CPC 37 também proíbe a aplicação retrospectiva de certas normas contábeis do CPC em algumas áreas, particularmente nas quais a aplicação retrospectiva pudesse requerer o julgamento da Administração sobre condições de passado e após o conhecimento de transações já ocorridas.

A adoção de todos os CPC's não produziram efeitos relevantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração de Resultado.

NOTA 04 - APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

A carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto no montante de R\$ 35.945 (R\$ 111.995 em 31/12/2009 e R\$ 106.932 em 01/01/2009) com vencimento acima de 365 dias - Não Circulante.

NOTA 05 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

A carteira é composta por Títulos Privados - Certificados Depósito Bancário, sendo o valor de custo e mercado R\$ 84.034 com vencimento em 03/01/2011 até 30 dias. Em 31/12/2009 a carteira era composta por Títulos Públicos - Letras Financeiras do Tesouro, sendo o valor do custo e mercado de R\$ 811 com vencimento em 17/03/2010 (R\$ 738 em 01/01/2009).

NOTA 06 - DERIVATIVOS

Em 31/12/2010, 31/12/2009 e 01/01/2009, não existiam posições em aberto no mercado de derivativos.

NOTA 07 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

São compostos por Depósitos em Garantia de Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias no montante de R\$ 4.193 (R\$ 4.064 em 31/12/2009 e R\$ 34.487 em 01/01/2009) registrados no Circulante.

NOTA 08 - PROVISÕES

Compostas basicamente por Obrigações Legais - Fiscais e Previdenciárias, os passivos são constituídos pelo valor integral em discussão e respectivos depósitos em garantia conforme abaixo:

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2010	31/12/2009
Saldo Inicial	2.168	33.101
Encargos sobre Tributos	16	427
Movimentação do período refletida no resultado	--	(16.903)
Constituição	--	701
Reversão (*)	--	(17.604)
Pagamento	--	(14.457)
Saldo Final	2.184	2.168

Movimentação dos Depósitos em Garantia

Saldo Inicial	2.168	33.098
Apropriação de Rendas	16	844
Movimentação do Período	--	(31.774)
Depositados	--	125
Levantamentos Efetuados	--	(408)
Conversão em Renda	--	(31.491)
Saldo Final	2.184	2.168

() A Investimentos Bemge aderiu em 2009 ao Programa de Parcelamento de Tributos Federais instituído pela Lei 11.941/09 de 27/05/2009. O programa incluiu débitos administrativos pela Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional vencidos até 30 de novembro de 2008. A tese inserida no programa foi a CS/Pis/Cofins não empregador.*

A tese atualmente em discussão refere-se ao não recolhimento da CSLL, alterada em função da edição da EC 10/96.

NOTA 09 - TRIBUTOS

Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

Demonstramos a seguir o Imposto de Renda e Contribuição Social devidos sobre as operações do período.

	01/01 a	01/01 a
	31/12/2010	31/12/2009
Devidos sobre Operações do Período		
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	11.414	11.862
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	(3.881)	(4.033)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
(Inclusões) Exclusões Permanentes	419	1.507
Dividendos, Juros sobre Títulos da Dívida Externa e Incentivos Fiscais	37	19
Juros sobre o Capital Próprio	--	1.885
Receitas / (Despesas) de Tributos Diferidos	(35)	(955)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(3.462)	(2.526)

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social - O capital social está representado por 2.363.936 ações escriturais sem valor nominal, sendo 792.124 ações ordinárias e 1.571.812 preferenciais.

b) Dividendos - Os acionistas têm direito a receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 1% (um por cento) do lucro líquido ajustado, conforme disposto na Lei das Sociedades por Ações.

Em 31/12/2010 foi provisionado o montante de R\$ 75 (R\$ 5.544 em 31/12/2009) à razão de R\$ 0,02996 (R\$ 2,199025 em 31/12/2009) por ação ordinária e R\$ 0,03296 (R\$ 2,418928 em 31/12/2009) por ação preferencial, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, registrado em Outros Passivos.

c) Reservas Integralizadas

	31/12/2010	31/12/2009
Reservas de Capital	182	182
Reservas de Lucros	65.389	62.512
Legal	9.245	8.847
Estatutárias	56.144	53.665
Equalização de Dividendos (1)	35.542	31.803
Reforço de Capital de Giro (2)	20.602	21.862
TOTAL	65.571	62.694

(1) Reserva para Equalização de Dividendos - tem a finalidade de garantir recursos para o pagamento de dividendos, inclusive na forma de Juros sobre o Capital Próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas;

(2) Reserva para Reforço do Capital de Giro - objetiva garantir meios financeiros para operação da sociedade.

Investimentos Bemge S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

NOTA 11 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Deliberação nº 642, de 07/10/2010, da CVM. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade.

	Ativos/(Passivos)			Receitas/(Despesas)	
	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	01/01 a	01/01 a
				31/12/2010	31/12/2009
Aplicações no Mercado Aberto - Itaú Unibanco S.A.(1)	35.945	111.995	106.932	10.927	10.594
Títulos e Valores Mobiliários - Itaú Unibanco (2)	84.034	--	--	34	--
Despesas de Prestação de Serviços - Itaú Unibanco S.A.	--	--	--	152	148

(1) A Carteira é composta por Aplicações no Mercado Aberto - Posição Bancada, com vencimento acima de 365 dias.

(2) A Carteira é composta por Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria, com vencimento até 30 dias.

Além das operações acima discriminadas, a INVESTIMENTOS BEMGE, como parte integrante do Convênio de Rateio de Custos Comuns do Conglomerado Itaú Unibanco, registrou em Outras Despesas Administrativas R\$ 16 (R\$ 43 de 01/01 a 31/12/2009) em função da utilização da estrutura comum.

b) Remuneração do Pessoal-Chave da Administração - Os honorários atribuídos aos Administradores da INVESTIMENTOS BEMGE foram pagos pelo controlador Itaú Unibanco Holding S.A..

NOTA 12 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2010	31/12/2009	01/01/2009	Níveis de Risco
	Valor Contábil/ Valor Justo Estimado	Valor Contábil/ Valor Justo Estimado	Valor Contábil/ Valor Justo Estimado	
Ativos Financeiros (*)				
Aplicações no Mercado Aberto	35.945	111.995	106.932	Nível 2
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	84.034	811	738	Nível 2

(*) Vide Nota 11.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades, Aplicações no Mercado Aberto e Outros Ativos Financeiros - O valor contábil apresentado para esses instrumentos no balanço patrimonial se aproxima de seu valor justo.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado e validados comparando-se com as informações fornecidas pela ANDIMA. Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas
Investimentos Bemge S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Investimentos Bemge S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da

A entidade deve classificar as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflita a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração.

Nível 1: As informações observáveis que refletem os preços cotados (não ajustados) para ativos ou passivos idênticos em mercados ativos. Um mercado ativo é aquele no qual as transações para o ativo ou passivo que está sendo mensurado geralmente ocorre com a frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação continuamente.

Nível 2: As informações que não os preços cotados incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente. O Nível 2 inclui geralmente: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers*), ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) as informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) as informações que são derivadas principalmente de ou corroboradas por dados do mercado observáveis através de correlação ou por outros meios.

Nível 3: as informações não são observáveis para o ativo ou passivo. As informações não observáveis devem ser usadas para mensurar o valor justo na proporção em que as informações observáveis não estão disponíveis, permitindo, dessa forma, que as situações nas quais há pouca, se houver, atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração.

NOTA 13 - GERENCIAMENTO DE RISCO

Risco de Mercado

O risco de mercado representa a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma entidade, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, das taxas de juros, dos preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a entidade administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros, que podem, direta ou indiretamente, afetar o valor de nossos ativos, passivos e posições fora do balanço patrimonial. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e a otimização da relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão avançadas.

O controle do risco de mercado abrange todos os instrumentos financeiros constantes da carteira pertencente a INVESTIMENTOS BEMGE S.A. e os processos e controles relevantes relacionados.

Risco de Liquidez

Risco de liquidez é definido como a ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - "descasamentos" entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Políticas e Procedimentos

O gerenciamento do risco de liquidez busca utilizar as melhores práticas de maneira a evitar escassez de caixa e dificuldades em honrar os vencimentos a pagar.

Além disso, a instituição estabelece diretrizes e limites cujo cumprimento é analisado periodicamente em comitês técnicos e que visam a garantir uma margem de segurança adicional às necessidades mínimas projetadas. As políticas de gestão de liquidez e os limites associados são estabelecidos com base em cenários prospectivos revistos periodicamente e nas definições da Comissão Superior de Tesouraria Institucional - Liquidez.

Estes cenários podem ser revistos pontualmente à luz das necessidades de caixa, em virtude de situações atípicas de mercado ou decorrentes de decisões estratégicas da instituição.

A descrição da estrutura de gerenciamento de risco de liquidez está disponível no endereço:

http://ww13.itaub.com.br/PortalRI/HTML/port/governanca/politica_liquidez.htm

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

ALFREDO EGYDIO SETUBAL

Vice-Presidente

RODOLFO HENRIQUE FISCHER

Conselheiro

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG

DIRETORIA

Diretor Presidente

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG *

Diretores Vice-Presidentes

CAIO IBRAHIM DAVID
MARCO ANTONIO ANTUNES

Diretor

OTTAVIO ALDO RONCO

* Diretor de Relações com Investidores

Contador

CARLOS ANDRÉ HERMESINDO DA SILVA
CRC-1SP 281.528/O-1

Sede: Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Conceição
7º andar - Parque Jabaquara - São Paulo - SP

São Paulo, 28 de março de 2011



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Maria José De Mula Cury
Contadora CRC 1SP192785/O-4

INVESTIMENTOS BEMGE S.A.

CNPJ 01.548.981/0001-79

Companhia Aberta

NIRE 35300315472

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DA DIRETORIA DE 28 DE MARÇO DE 2011

DATA, HORA E LOCAL: Em 28.3.2011, às 8:30 horas, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Conceição, 7º andar, em São Paulo (SP).

PRESIDENTE: Sérgio Ribeiro da Costa Werlang.

QUORUM: A totalidade dos membros eleitos.

DELIBERAÇÃO TOMADA POR UNANIMIDADE:

Após analisar e discutir as demonstrações contábeis de 2010, bem como o relatório da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes sobre as demonstrações contábeis, a Diretoria deliberou, em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução nº 480/09, da Comissão de Valores Mobiliários, declarar que:

- a) reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes; e
- b) reviu, discutiu e concorda com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31.12.2010.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar e ninguém desejando manifestar-se, encerraram-se os trabalhos, lavrando-se esta ata que, lida e aprovada, foi por todos assinada. São Paulo (SP), 28 de março de 2011. (aa) Sérgio Ribeiro da Costa Werlang – Diretor Presidente; Caio Ibrahim David e Marco Antonio Antunes – Diretores Vice-Presidentes; e Ottavio Aldo Ronco – Diretor.

SÉRGIO RIBEIRO DA COSTA WERLANG
Diretor de Relações com Investidores